

Gerenciamento de Riscos e Capital

Pilar 3

2º Trimestre 2025

29/08/2025

1.	Objetivo	3
2.	Gerenciamento de Riscos	3
2.1.	<i>Escopo do Gerenciamento de Riscos</i>	3
2.2.	<i>Declaração de Apetite de Riscos</i>	4
2.3.	<i>Mapa dos Riscos</i>	4
2.3.1.	<i>Processos de Gerenciamento de Riscos</i>	6
3.	Detalhamento dos Indicadores Prudenciais e das Exposições a Riscos	7
3.1	<i>Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais</i>	7
3.2	<i>Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)</i>	9
3.3	<i>Risco de Liquidez</i>	9
3.4	<i>Risco de Crédito</i>	11
3.5	<i>Risco de Crédito de Contraparte (CCR)</i>	12
3.6	<i>Risco de Mercado</i>	12
3.7	<i>Gerenciamento do IRRBB</i>	13
4.	Gerenciamento de Risco Operacional	13
4.1	<i>Governança para o Gerenciamento de Risco Operacional</i>	13
4.2	<i>Gerenciamento de Continuidade de Negócios</i>	14
4.3	<i>Gerenciamento de Risco de Fornecedores / Terceirização</i>	14
5.	Estrutura de Gerenciamento de Capital	15
5.1	<i>Estrutura Organizacional</i>	15
5.2	<i>Responsabilidades</i>	15
6.	Política de Divulgação de Informações	17

1. Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Banco MUFG Brasil S.A. (MUFG Brasil) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB Nº 54/2020, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3 e respectivas informações contidas neste relatório referentes à estrutura de gerenciamento de riscos e capital, informações contábeis e prudenciais, indicadores de liquidez, risco de crédito e risco de mercado, apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA - "Risk Weighted Assets") e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

2. Gerenciamento de Riscos

O Banco MUFG Brasil S.A., membro do MUFG, entende que uma adequada gestão de riscos é fundamental para garantir a perenidade de seus negócios. O principal objetivo da equipe de gestão de riscos é o constante aprimoramento da qualidade do ambiente de controles da organização e, conseqüentemente, a redução da incidência de falhas e perdas operacionais. Isso se dá por meio do estabelecimento de processos robustos de identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte de riscos.

Considera também que a adoção destas medidas é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços oferecidos no mercado, assim como pela globalização dos negócios.

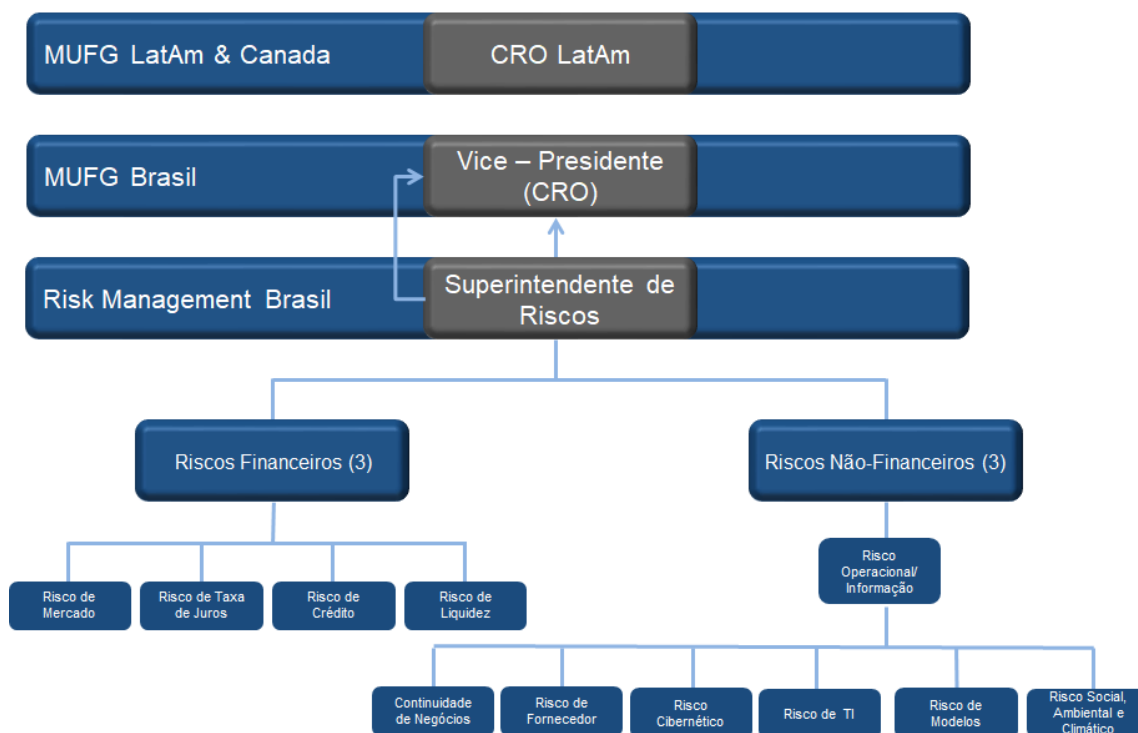
A estrutura organizacional para o gerenciamento de riscos no Banco conta com a participação diretiva, mediante o funcionamento de comitês executivos subordinados à Presidência. Tais comitês estabelecem as políticas e diretrizes para o monitoramento e reporte dos riscos.

2.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos

O Banco adota como estratégia o modelo das Três Linhas de Defesa como base para assegurar a adoção de mecanismos de governança e de gerenciamento de riscos e controles.

- **1ª Linha de Defesa: Áreas de Negócio e Suporte**
 - "Owner" do risco; responsável por identificar, gerenciar, mitigar e reportar os riscos envolvidos em suas atividades;
 - Tem como principal objetivo garantir atividades de gestão de risco de suas atividades na linha de frente, bem como contribuir na execução de seus controles de forma tempestiva e eficiente;
 - Monitora os riscos inerentes as suas atividades, às perdas incorridas e falhas em processos;
 - Executa ações para estar em conformidade com legislações e regras internas;
 - Estabelece e mantém atualizadas as políticas, manuais de normas e/ou procedimentos para cumprimento de requisitos regulatórios, critérios para comercialização de produtos/serviços e/ou Governança Corporativa.
- **2ª Linha de Defesa: Gerenciamento de Riscos**
 - Estabelece e garante a manutenção dos frameworks estabelecidos para gestão de riscos;
 - Estabelece e mantém atualizadas as políticas para gestão de riscos;
 - Executa o Programa de *Review & Challenge* dos processos da primeira linha em relação ao gerenciamento de riscos, garantindo a aderência ao modelo corporativo de gestão de riscos;
 - Executa relatórios analíticos;
 - Compila os resultados, referentes às avaliações de riscos das áreas e reporta as fragilidades de controle identificadas ao Comitê Integrado de Riscos e ao Comitê Executivo conforme necessário.

A estrutura organizacional que suporta o sistema de gerenciamento de riscos pela perspectiva de segunda linha de defesa do Banco MUFG Brasil S.A., está apresentada abaixo:



- **3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna**
 - Com base em riscos, periodicamente realiza avaliações independentes sobre o ambiente de controles;
 - Com metodologia específica, ajuda o Banco a atingir seus objetivos ao avaliar a efetividade dos processos de gestão de riscos, controles e governança.

2.2. Declaração de Apetite de Riscos

Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos, o Banco MUFG Brasil estabeleceu a política de Apetite ao Risco ou *Risk Appetite Statement* (RAS) na qual estão definidas as métricas e ambientes para cada tipo de risco material que deverão ser monitoradas, e os seus resultados são reportados trimestralmente no Comitê Integrado de Riscos.

2.3. Mapa dos Riscos

Cada tipo de risco material possui uma abordagem específica de gerenciamento de riscos, projetada para atender às necessidades do MUFG Brasil e cumprir os requisitos regulatórios aplicáveis:

Risco de Crédito: consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações de uma contraparte nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrente da deterioração na qualidade creditícia da contraparte.

Risco de Mercado: consiste na potencial perda decorrente da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição.

Risco de Taxa de Juros: consiste na perda potencial decorrente de variações de taxas de juros em reais ou em moedas estrangeiras às quais o Banco tenha exposição.

Risco de Liquidez: consiste na possibilidade da instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem incorrer em perdas significativas e/ou afetar suas operações diárias. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado.

Risco Operacional/ Informação: Risco operacional é o potencial de que os eventos tenham um efeito adverso sobre a condição financeira, atual ou projetada, e resiliência decorrente de processos ou sistemas internos inadequados ou com falha, erros humanos, fraudes ou má conduta ou eventos externos adversos. Essa definição inclui risco legal, mas exclui o risco estratégico e de reputação. Adicionalmente o risco de modelos também é parte do *framework* de Risco Operacional.

Risco de informação advém de impactos adversos ou perdas financeiras resultantes de pessoas, processos e sistemas internos inadequados ou com falha ou de eventos externos, incluindo interrupções nos negócios, desastres ou ataques maliciosos, relacionados a informações e recursos de tecnologia. O Gerenciamento de Risco de Informação abrange o gerenciamento de risco de segurança da informação, risco de segurança cibernética, risco de tecnologia, risco de terceiros e risco de continuidade de negócios associado a ativos de informação e tecnologia.

Risco de Modelos: o uso de modelos expõe ao risco de modelo, que é definido como o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em resultados e relatórios incorretos ou mal utilizados do modelo. O risco de modelo pode levar a perdas financeiras, negócios fracos e tomada de decisões estratégicas ou danos à reputação da empresa. Além disso, as Entidades ficam expostas ao risco quando processos que não são do Modelo são usados, onde o uso de um Modelo pode ser apropriado para apoiar a tomada de decisão.

Risco Social: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Interesse comum é aquele associado a um grupo de pessoas ligadas jurídica ou factualmente pela mesma causa ou circunstância, quando não relacionada à definição de risco ambiental, de risco climático de transição ou de risco climático físico.

Risco de Ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco Climático: define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico como:

I - risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

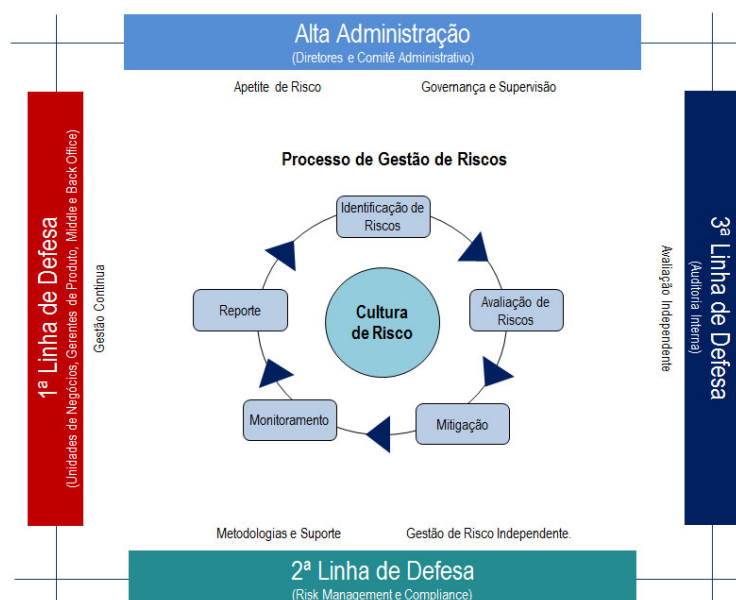
II - risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Risco de Reputação: é o risco que leva a prejudicar o valor corporativo do Grupo MUFG devido à percepção pública negativa das atividades comerciais que se desviam das expectativas de clientes, acionistas, investidores, funcionários, reguladores, terceiros e público..

Risco Estratégico: é o potencial efeito adverso que os eventos terão na condição financeira atual ou projetada e na resiliência, incluindo a capacidade de executar a estratégia, atingir os objetivos de negócios, construir e proteger o valor para o acionista, decorrente de: a adoção de premissas erradas que direcionam a empresa e unidades de negócios ou apoiam as estratégias do grupo, má implementação dessas estratégias ou falha em se adaptar às mudanças no setor bancário e / ou no ambiente regulatório e operacional em tempo hábil.

2.3.1. Processos de Gerenciamento de Riscos

Para gerenciar efetivamente e de forma equilibrada riscos vs. retorno, o MUFG Brasil estabeleceu uma estrutura de governança de riscos, que engloba *frameworks* para o gerenciamento de riscos, bem como, papéis e responsabilidades estabelecidos as três linhas de defesa. A existência de riscos no curso das atividades e/ou negócios é algo inerentemente aceitável, desde que este se enquadre na estratégia e apetite de risco do MUFG Brasil.



Identificação de Riscos: No processo de gerenciamento de riscos, a fase de identificação visa capturar e determinar a materialidade dos riscos decorrentes de fatores internos e externos. O processo de identificação de riscos considera o impacto de requisitos regulatórios, bem como, mudanças recentes ou esperadas nas atividades de negócios.

Avaliação de Riscos: O risco é mensurado com base em uma variedade de ferramentas e processos. As abordagens de mensuração de risco estão centradas nos tipos de risco material aplicáveis a instituição. Cada tipo de risco possui uma abordagem específica para ser medido. Além das abordagens específicas, o Banco MUFG Brasil utiliza as seguintes medidas quantitativas: Ativos Ponderados por Risco (RWA) e Teste de Estresse.

Mitigação: Os riscos são mitigados com a implementação de controles internos e o Banco avalia a eficácia de seus controles por meio de testes periódicos e validação de atividades.

Monitoramento: O monitoramento contínuo dos riscos e controles ocorre de acordo com a frequência definida em cada *framework* ou programa estabelecido. O monitoramento adequado permite ao MUFG Brasil avaliar como está a evolução do seu perfil de risco entre os riscos considerados materiais. Esse processo também é determinante para avaliar como riscos específicos podem estar evoluindo ou mudando em relação aos controles e o impacto de riscos emergentes.

Reporte: Os dados que suportam os relatórios de risco do Banco MUFG são agregados e utilizados para relatar informações de risco a vários públicos por meio de envio de relatórios regulares e/ou pontuais. Isso inclui informações de riscos históricos, atuais e prospectivos, incluindo tolerâncias de risco que foram excedidas. O objetivo dos relatórios de riscos é fornecer informações tempestivas para tomada de decisão da Alta Administração.

3. Detalhamento dos Indicadores Prudenciais e das Exposições a Riscos

3.1 Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais



Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais (KM1)

R\$ milhões		Jun/25	Mar/25	Dez/24	Set/24	Jun/24
Capital regulamentar - valores						
1	Capital Principal	1.553	1.546	1.518	1.516	1.491
1a	Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022	1.553	1.546	1.518	1.516	1.491
2	Nível I	1.553	1.546	1.518	1.516	1.491
2a	Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.553	1.546	1.518	1.516	1.491
3	Patrimônio de Referência - PR	1.553	1.546	1.518	1.516	1.491
3a	Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.553	1.546	1.518	1.516	1.491
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores						
4	RWA total	5.637	5.513	4.839	4.933	5.038
4b	RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022	5.637	5.513	4.839	4.933	5.038
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal - ICP	27,6%	28,0%	31,4%	30,7%	29,6%
5a	Índice de Capital Principal (ICP) considerando: - Numerador: corresponde à linha 1a - Denominador: corresponde à linha 4b	27,6%	28,0%	31,4%	30,7%	29,6%
6	Índice de Nível 1 (%)	27,6%	28,0%	31,4%	30,7%	29,6%
6a	Índice de Nível 1, considerando: - Numerador: corresponde à linha 2a - Denominador: corresponde à linha 4b	27,6%	28,0%	31,4%	30,7%	29,6%
7	Índice de Basileia	27,6%	28,0%	31,4%	30,7%	29,6%
7a	Índice de Basileia, considerando: - Numerador: corresponde à linha 3a - Denominador: corresponde à linha 4b	27,6%	28,0%	31,4%	30,7%	29,6%

Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA

8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP _{Conservação}	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP _{Contracíclico}	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP _{Sistêmico}	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal	17,1%	17,5%	20,9%	20,2%	19,1%
12a	Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	17,1%	17,5%	20,9%	20,2%	19,1%

Razão de Alavancagem (RA)

13	Exposição total	13.308	12.554	14.085	12.511	13.017
13a	Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	13.308	12.554	14.085	12.511	13.017
14	RA (%)	11,7%	12,3%	10,8%	12,1%	11,5%
14a	RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a ii. Denominador: corresponde à linha 13a	11,7%	12,3%	10,8%	12,1%	11,5%

Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

Comentários

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece os critérios para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a Instituição procedeu à reavaliação de sua metodologia de cálculo, substituindo o modelo anteriormente adotado conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999. Após a aplicação dos critérios definidos pela nova regulamentação, verificou-se que o valor da provisão calculado foi inferior ao montante anteriormente provisionado. Dessa forma, não houve impacto de ajuste negativo a ser registrado no patrimônio líquido. Assim, os novos valores a serem reportados na estrutura da tabela KM1 mantiveram-se sem efeito de ajustes em relação aos valores primeiramente apurados.

3.2 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)



Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)

R\$ milhões	Jun/25	Mar/25	Requerimento mínimo de PR Jun/25
1 Risco de crédito em sentido estrito	2.195	2.459	176
2 Do qual: apurado mediante abordagem padronizada	2.195	2.459	176
3 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	932	693	75
7 Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	-	-	-
7a Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	871	602	70
9 Do qual: outros	61	91	5
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16 Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	-	-	-
20 Risco de mercado	1.071	921	86
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	1.071	921	86
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	-	-	-
24 Risco operacional	1.440	1.440	115
I Risco de Pagamentos (RWASP)	-	-	-
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	-	-	-
29 Total (1+6+12+13+14+16+20+24+I+25)	5.637	5.513	451

3.3 Risco de Liquidez

Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez (LIQA)

(a)	A estrutura organizacional do Banco MUFG Brasil S.A no tocante ao gerenciamento do risco de liquidez conta com linhas de reporte diretas entre o CRO e Diretoria, seguindo governança mensal durante os comitês de ALM "Asset Liability Management Committee" e no comitê Integrado de Riscos, onde os níveis das métricas de liquidez são apresentados e discutidos. Além de monitorados diariamente, os níveis de todos os indicadores de liquidez são também reportados trimestralmente versus limite definido na RAS ("Risk Appetite Statement"). Estratégias, <i>guidelines</i> e políticas são submetidos para aprovação da Diretoria do Banco e aprovadas formalmente via e-mail e durante o Comitê Integrado de Riscos.
-----	---

(b)	No que tange à estrutura de captações, o Banco MUFG Brasil S.A., tem buscado diversificar as suas fontes de recursos, buscando novos produtos que tragam maior estabilidade ao passivo, tanto em condições normais como em condições de estresse. A instituição conta com linhas de captação de recurso com a matriz para prazos curtos ou longos e pode emitir títulos de dívida como Letras Financeiras. Adicionalmente, a Política de Gestão do Risco de Liquidez segue os chamados Estágios de Liquidez. Estes estágios estão relacionados ao grau de dificuldade na obtenção de <i>funding</i>. Quando o estágio se eleva, as divisões relacionadas da matriz devem cooperar tanto quanto possível para a redução do risco de liquidez de <i>funding</i> de todo Grupo, Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) e MUFG Bank Ltd. São três os status dos estágios de liquidez - "normal", "preocupante" e "crise" -, devendo ser utilizado por todo o Grupo. O estágio "normal" pode ser dividido em sub-estágios mais detalhados, dependendo do status de controle e gestão diários de operações de <i>funding</i>.
(c)	O Banco MUFG Brasil deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. Deve-se sempre operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras. Para tanto, o Banco conta com utilização de uma série de indicadores e métricas que são avaliadas diariamente: a) Liquidez mínima: <i>Guideline</i> parametrizado e reavaliado periodicamente pelo Departamento Risk Management e submetido à aprovação da Presidência. O <i>guideline</i> tem o seu acompanhamento diário efetuado através do relatório de controle de liquidez. b) Projeções de fluxos de caixa em diferente horizontes de tempo, em situações de normalidade e estresse: ▪ Fluxo de caixa de curto prazo para moedas estrangeiras e local (de um dia até 90 dias); ▪ Fluxo de caixa estressado de curto e médio prazo (de um dia até um ano); ▪ Fluxo de caixa de longo prazo, sendo este um indicador global de liquidez com metodologia semelhante ao NSFR; c) Concentração de depósitos. Adicionalmente, o Banco MUFG Brasil estabeleceu a criação e monitoramento dos “<i>early warning indicators</i> – EWIs”, que são indicadores estabelecidos para antecipar eventos de estresse de liquidez no mercado, incluindo mudanças adversas no mercado de captação, aumento de spreads e preocupações do mercado com MUFG Brasil ou grupo MUFG. Dentre outras práticas adotadas pelo Banco estão: a revisão periódica da Política de Risco de Liquidez e do Plano de Contingência de Liquidez e a aprovação dos limites locais, que ocorrem no mínimo anualmente. Além disso, ocorrem mensalmente o Comitê de ALM e Comitê Integrado de Riscos, com a participação da Diretoria, em que propostas para o programa de teste estresse, parâmetros para a métrica de risco de liquidez e demais assuntos relacionados a riscos são apresentados e aprovados.
(d)	O Banco MUFG Brasil utiliza cenários de estresse de liquidez para monitorar o risco de liquidez da intuição e verificar sua preparação frente a uma variedade de eventos de estresse. O teste de estresse consiste em uma série de cenários ao longo de vários horizontes de tempo e suposições que capturam o perfil de risco de liquidez da instituição e calculam como cada um destes cenários afetam sua capacidade de honrar suas obrigações. O teste de estresse de liquidez é monitorado de forma diária e reportado mensalmente a Diretoria durante o Comitê de ALM e Comitê Integrado de Riscos. A metodologia e premissas utilizadas no teste de estresse são avaliadas e revisadas em conjunto com as áreas de negócio de forma anual ou pontual (caso haja mudança no perfil de negociação e risco da instituição).

(e)	O Banco possui plano de contingência de liquidez que pode ser acionado após análise de diversos fatores que em conjunto podem requerer medidas preventivas e/ou corretivas tais como: a) Liquidez imediata abaixo da liquidez mínima; b) Estágio de liquidez global ser alterado pela matriz; c) Custo de captação ser elevado substancialmente; d) Alteração de classificação de risco (<i>rating</i>); e) Distúrbio no mercado local ou global; f) Dificuldade de captação; g) Projeção de baixa liquidez no futuro. Baseado no estágio de liquidez determinado pelas variáveis enumeradas acima juntamente com análise dos limites de liquidez e <i>EWIs</i>, pode ser acionado grupo de trabalho envolvendo a 1ª e 2ª linhas de defesa além da alta gerência. O plano também detalha uma lista de possíveis ações a serem tomadas a fim do aumento da liquidez da instituição classificadas por dificuldade de execução e impacto reputacional. O Plano de Contingência de Liquidez descreve ainda as responsabilidades pela comunicação, se necessária, ao mercado, clientes, imprensa, agências classificadoras de risco e organismos reguladores.
(f)	O controle do risco de liquidez é feito utilizando-se o sistema gerencial FMS, da empresa Quadra Softworks, que possui a posição do Banco MUFG Brasil, o sistema mVar da empresa Matera e planilhas Excel. A confiabilidade dos dados é assegurada através dos diversos processos de reconciliação diária entre o sistema gerencial e os legados, e entre o sistema gerencial e o sistema do Departamento de Contabilidade.

3.4 Risco de Crédito

O Banco MUFG Brasil S.A., tem sua política de negócios voltada ao mercado de atacado, atendendo às necessidades de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e grandes conglomerados nacionais.

Os clientes possuem classificação de risco (*rating*) e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição e na necessidade indicada pelo cliente. Porém a capacidade de pagamento, conforme análise da situação econômico-financeira do cliente é sempre considerada.

Em razão do foco de negócio do Banco, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.



Qualidade creditícia das exposições (CR1) - Jun/25	a	b	c	d	e	f
	Valor Bruto					
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar. Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar. Dos quais: RWACIRB	Valor líquido (a+b-c)
R\$ milhões						
1 Concessão de Crédito	-	2.017	48	48	-	1.969
2 Títulos de Dívida	-	5.388	641	641	-	4.747
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	4.240	616	616	-	3.624
2b dos quais: outros títulos	-	1.148	25	25	-	1.123
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	161	0,0	0,0	-	161
4 Total (1+2+3)	-	7.566	689	689	-	6.877



Mudanças no estoque de ativos problemáticos (CR2) - Jun/25

	(a) Total
R\$ milhões	
1 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	-
2 Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	-
3 Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	-
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	-
5 Outros ajustes	-
6 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	-

Comentários

Nada a reportar para os itens da tabela acima.

3.5 Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

Os riscos de contraparte são decorrentes de derivativos voltados principalmente para a necessidade de hedge de nossos clientes para taxas de juros e taxas de câmbio.

Os limites para derivativos são estabelecidos com base em critérios que levam em consideração o risco potencial (*Potential Exposure - PE*) em índice percentual previamente estabelecido, acrescidos das variações diárias decorrentes da marcação a mercado (MTM) dos ativos e passivos negociados (*Current Exposure - CE*) para cada transação.

Como mitigação de Risco de Contraparte o Banco possui um mecanismo de liquidação parcial chamado CSA (*Credit Support Annex*) para algumas contrapartes. (normalmente Instituições financeiras)

Como ajuste prudencial, calcula-se uma reserva de CVA (*Credit Valuation Adjustment*) que varia com base no risco de crédito da contraparte além da volatilidade do indexador em questão.

3.6 Risco de Mercado

A política básica considera o risco de mercado como sendo algo inerente às atividades de negócio do Banco e que ações imediatas são necessárias. Portanto o Banco MUFG Brasil S.A., mantém e aprimora constantemente os sistemas para o gerenciamento e controle efetivo dos riscos de mercado.

Faz parte da política que qualquer novo produto deve ter os seus fatores de risco analisados e os controles necessários antes de sua implantação.

Os parâmetros utilizados para a mensuração dos riscos de mercado são objetos de uma reavaliação periódica e submetidos ao Comitê Integrado de Riscos (IRC) para aprovação. Os cenários de estresse consideram períodos recentes de estresse e são calculados diariamente.

O risco de mercado é mensurado através de medidas como Valor em Risco (VaR), sensibilidade em pontos base (bpv), exposição cambial e outras.

As medidas acima são calculadas e monitoradas diariamente utilizando-se o sistema mVar da empresa Matera e planilhas Excel.



Abordagem Padronizada – Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado (MR1)

R\$ milhões		Jun/25 RWA_{MPAD}
1	Taxas de juros	722
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	150
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	572
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	-
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	97
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	-
5	RWA_{DRC}	-
6	RWA_{CVA}	251
9	Total	1.071

3.7 Gerenciamento do IRRBB

A estrutura de gerenciamento de risco de taxa de juros estabelece limites, cenários consistentes de estresse e promove a conscientização dos impactos da taxa de juros nas atividades de negócios do MUFG Brasil por meio de mensuração e monitoramento.

O Banco define o risco o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

De forma a mensurar esse risco, o Banco apura mensalmente as medidas de variações no valor econômico (ΔEVE) e no resultado de intermediação financeira (ΔNII) com base na abordagem padronizada descrita na Circular CMN nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018. Os cenários utilizados são os de choque paralelo de alta e baixa das taxas de juros descritos no mesmo normativo.

A exposição e a necessidade de hedge das exposições de IRRBB são discutidas no Comitê ALM, sendo que a Tesouraria é a responsável pela implementação das medidas.

4. Gerenciamento de Risco Operacional

4.1 Governança para o Gerenciamento de Risco Operacional

O Banco MUFG Brasil define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição,

bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A Política de Gestão Integrada de Riscos é revisada e aprovada anualmente pela Diretoria do Banco através do Comitê Executivo, e disponibilizada a todos os colaboradores através da base de documentos corporativos.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação da Diretoria do Banco por meio do Comitê Integrado de Riscos. Este Comitê tem como principal objetivo a discussão e priorização dos principais riscos da instituição, monitoramento contínuo dos riscos materiais, avaliação do apetite de riscos e tomada de decisão quanto às ações de mitigação de riscos.

O Banco MUFG Brasil entende que o adequado gerenciamento de risco operacional requer o comprometimento de todos os colaboradores, e nesse sentido investe constantemente na disseminação da cultura em todos os níveis da Instituição.

4.2 Gerenciamento de Continuidade de Negócios

O Banco MUFG Brasil inclui em seus processos de riscos operacionais, o risco de interrupção em seus negócios, que visa garantir a continuidade das operações em caso de falhas ocasionadas por ausência de pessoas chave, falhas de sistemas ou por eventos externos.

O gerenciamento do risco de interrupção é monitorado através do processo de análise de impacto nos negócios (identificação, classificação e documentação dos processos críticos de negócios, avaliação dos potenciais efeitos da interrupção dos processos críticos e pessoas chave envolvidas nos processos), estratégias para assegurar a continuidade de negócios e limitar perdas decorrentes de tais eventos, planos de continuidade de negócios que estabeleçam procedimentos e prazos estimados para reinício e recuperação das atividades em caso de interrupção, testes periódicos de tais planos, entre outros.

Além de tais processos, o Banco MUFG Brasil possui uma equipe de Gestão de Crise treinada para garantir a rápida ação em caso de eventos de interrupção, de forma a garantir a segurança e bem-estar dos seus colaboradores. Tal cultura é disseminada na Instituição através de treinamentos tempestivos do plano de abandono do local de trabalho, brigada de incêndio, processos de recuperação de desastres e ações a serem consideradas em caso de interrupção.

O Banco MUFG Brasil conta com escritório secundário testado periodicamente, com resultados satisfatórios.

4.3 Gerenciamento de Risco de Fornecedores / Terceirização

O Banco MUFG Brasil inclui em seus processos de riscos operacionais, o risco de contratação de terceiros que visa garantir que sejam avaliados a capacidade do fornecedor na prestação do serviço, a dependência dele, saúde financeira, além dos riscos relacionados à imagem, lavagem de dinheiro, atividades criminais, de vazamento de informações e cibernéticos, entre outros. Sendo assim, todos os fornecedores, antes da contratação, passam por uma análise detalhada do serviço a ser prestado e dos riscos envolvidos antes da assinatura do contrato.

5. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Banco MUFG Brasil S.A. mantém uma estrutura de gerenciamento de capital formalizada através de política específica para tal (Política de Gerenciamento de Capital), em conformidade com os requerimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

5.1 Estrutura Organizacional

A Estrutura do Gerenciamento de Capital é gerenciada pelo departamento de *Finance Management*, área essa segregada da área de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna do Banco MUFG Brasil S.A. Conta também com o apoio do Departamento de Planejamento e da área de *Risk Management*, e de outras áreas como exemplo as de negócios, quando aplicável, que devem prover as informações necessárias e estabelecer a comunicação com o acionista majoritário (MUFG Bank Ltd. com sede em Tóquio, Japão) sempre que preciso.

É função da Estrutura do Gerenciamento de Capital manter as políticas e estratégias para o gerenciamento de Capital claramente documentadas, além de estabelecer mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição.

Os riscos atualmente não cobertos pelo Patrimônio de Referência Requerido (PRE), tais como riscos de imagem/ reputação são tratados através de controles específicos de prevenção, além de treinamentos internos de conscientização de todos os funcionários realizados pelo Compliance.

O risco de liquidez, cuja gestão e controle é compartilhada entre os Departamentos de Tesouraria e Risk Management, atualmente também não contemplado pelo cálculo do PRE, tem políticas, controles e procedimentos específicos tanto para situações de normalidade de mercado bem como em situações de estresse de liquidez de *funding* e de mercado.

5.2 Responsabilidades

Os responsáveis pela condução do processo de Gerenciamento de Capital são:

Presidência e Comitê Executivo

- Deliberar sobre a Política de Gerenciamento de Capital, Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital.
- Aprovar o Plano de Capital e o Plano de Gerenciamento de Capital, com periodicidade mínima anual.
- Aprovar os critérios de Remuneração de Capital, com periodicidade mínima anual.

Diretor de Gerenciamento de Capital

- Supervisionar o desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de gerenciamento de Capital, incluindo seu aperfeiçoamento, sua adequação ao RAS e aos objetivos estratégicos da Instituição, garantindo cumprimento às políticas, processos, relatórios e modelos definidos para gerenciamento de Capital;
- Garantir a adequada capacitação dos integrantes do Departamento responsável pela Gestão de Capital referente às políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos, mesmo que desenvolvidos por terceiros;
- Subsidiar e participar no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de Capital, auxiliando e provendo informações ao Presidente e Diretoria.

Comitê de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada.

Finance Management

- Projetar o balanço e a rentabilidade em linha com as premissas das áreas de negócios;
- Projetar os RWAs de crédito e operacional, assim como o PR para o triênio;
- Coordenar a elaboração e revisar periodicamente o Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital e obter as respectivas aprovações em reunião da Diretoria Executiva do MUFG Brasil;
- Monitorar a evolução dos Índices de Basiléia em situações de normalidade e de estresse de mercado;
- Apresentar para o Comitê Executivo qualquer alteração relevante na Política de Gerenciamento de Capital.
- Coordenar a aprovação dos critérios de cálculo e processo de Remuneração Gerencial dos Custos de Capital.

Áreas de Negócio (JCIB, GCIB e Tesouraria)

- Prover à área de Finance Management as expectativas e/ou projeções de utilização de balanço e receitas dos seus respectivos portfólios, alinhadas com as áreas de produtos, para o triênio.

Risk Management

- Apurar e projetar o crescimento do RWA de Risco de Mercado (RWACAM+ RWAJUR + RWACOM + RWAACS);
- Apurar as parcelas estressadas para Risco de Mercado e Risco Operacional.

Planning

- Coordenar e/ou elaborar o Planejamento Estratégico.

Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente, com frequência determinada por sua avaliação de riscos, os processos relativos ao Plano de Capital e ao Plano de Contingência de Capital.

6. Política de Divulgação de Informações

O Banco MUFG Brasil, enquanto instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dentro das suas atribuições enquanto participante do mercado de capitais brasileiro, administrador de carteiras internas, distribuidor de valores mobiliários, deve oferecer aos seus clientes, fornecedores, parceiros e público em geral, informações úteis que contribuam para decisões de natureza econômica que, porventura, estes possam tomar.

Para esse fim e, em atendimento à Resolução CMN 4.557/2017, o banco mantém, revisa e atualiza periodicamente, a sua Política de Divulgação das Informações que estabelece os princípios e diretrizes adotadas que norteiam a divulgação das informações especificadas na mesma com o objetivo de assegurar que estas sejam prestadas com qualidade e transparência.

A Política especifica as informações e documentos listados abaixo e detalha os respectivos processos, controles, papéis e responsabilidades, assim como critérios de relevância para divulgação das informações, a fim de garantir a qualidade e integridade das informações.

- Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital (Relatório de Pilar 3)
- Estrutura de Gerenciamento de Riscos
- Estrutura de Gerenciamento de Capital
- Adequação do Patrimônio de Referência (PR)
- Apuração do RWA
- Razão de Alavancagem (RA)
- Indicadores de Liquidez
- Remuneração dos Administradores

NOTAS:**1- Detalhamento da Apuração dos Requerimentos Mínimos em Relação ao RWA**

Base Normativa: Resolução 4.958/21

1.1 RWA

Detalhamento do Cálculo do RWA (ativos ponderados por risco): o RWA corresponde a soma das seguintes parcelas: RWACPAD, RWAMPAD, RWAOPAD.

1.1.1 RWACPAD parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

1.1.2 RWAMPAD parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. A parcela RWAMPAD consiste no somatório das seguintes parcelas:

1.1.2.1 RWAJUR1 - parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

1.1.2.2 RWAJUR2 - parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

1.1.2.3 RWAJUR3 - parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

1.1.2.4 RWAJUR4 - parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

1.1.3.5 RWAACS - parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

1.1.3.6 RWACOM - parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

1.1.3.6 RWACAM - parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

1.1.3.7 RWADRC - parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação.

1.1.3.8 RWACVA - parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte.